

# Sociedade em Rede: cultura, globalização e formas colaborativas

Regina Helena Alves da Silva \*

## Índice

1 Globalização, identidades, interculturalidade	1
2 Redes colaborativas	6
3 Bibliografia	8

Neste texto buscamos entender como se constituem, em tempos de globalização, possibilidades de interação social a partir de novas formas de conectividade que possibilitam, a qualquer momento, nos conectar a qualquer pessoa, a um reservatório de dados e a processos de intermediação cultural-político-social. Essa multiplicidade de canais permite uma nova forma de coletividade, um novo tecido tecno-social, uma rede de indivíduos em contínua comunicação. Nos importa analisar por um lado, a formação de redes sociais e, de outro, as potencialidades de tais redes na promoção de novas formas de relação compartilhada que hoje se encontram potencializadas pelo uso do que se convencionou chamar de novas tecnologias da comunicação.

A importância disso está associada à possibilidade de se criar novos coletivos sociais

---

\*Diretora do Centro Cultural UFMG e Professora do Departamento de História e do Programa de pós-graduação em Comunicação Social - UFMG

mais autonomizados. Nossa reflexão parte da formação do espaço social e dos efeitos das tecnologias de comunicação sobre o mesmo. A proposta está na fronteira entre a formação de redes sociais e os processos de sua transformação, dada a utilização de técnicas eletrônicas de comunicação. Trata-se, portanto, de entender o que são os coletivos na vida cotidiana e como eles podem se transformar na mediação de redes técnicas. Nos propomos então a uma breve análise das possibilidades de conformação de redes sociais como forma de pensar redes sóciotécnicas como uma rede de elementos econômicos, políticos, sociais, tecnológicos, culturais, onde não existe predominância de um elemento sobre o outro. Essas redes mostram que vivemos em um mundo no qual é impossível dizer onde começa a dimensão técnica da realidade cotidiana e onde começa a dimensão social.

## 1 Globalização, identidades, interculturalidade

Grandes debates marcam hoje o campo da ciência, e mais particularmente das ciências humanas e sociais. O desenvolvimento tecnológico, as novas tecnologias e seus significados éticos e sociais; a globalização

da economia e da cultura e as interseções global/local, com o reaparecimento dos grupos étnicos, o fortalecimento de fundamentalismos de várias ordens, a organização e luta das minorias oprimidas; a diluição das fronteiras e a reconfiguração dos grupos de pertencimento e os sentimentos identitários; a homogeneização e instantaneidade da informação concomitante à proliferação das formas comunicativas; a individualização da sociedade e personalização dos interesses, aliadas à busca das vivências grupais e reativação dos laços comunitários; a presentificação da temporalidade contemporânea e o obscurecimento da idéia de futuro são temáticas que, acolhendo contradições e marcando a diversidade desafiadora do contemporâneo, instigam o trabalho do conhecimento.

Hoje, a globalização, os avanços tecnológicos e os efeitos sobre o trabalho, a constituição da sociedade informacional, a ocidentalização da cultura e superexposição da mídia, são processos contemporâneos que produzem mudanças nos modos de estar e sentir-se juntos, desarticulam formas tradicionais de coesão e modificam modelos de sociabilidade.

São várias as posições com relação a como conceituar ou mesmo estabelecer algum tipo de relação com a globalização. São diversas as narrativas desenvolvidas como suporte explicativo e vários os caminhos espaço-temporais de compreensão do que seria este “momento” da história. De uma maneira um tanto simplificadora – esta não é a discussão principal deste texto – temos posições que “louvam” a possibilidade do mundo se conformar enquanto um só, como um todo homogêneo regido por regras econômicas, sociais, culturais e políticas únicas. Mas tam-

bém e com frequência temos acompanhado um certo repúdio à globalização que surgiu da preocupação de que culturas locais sejam suprimidas formas culturais hegemônicas associadas à expansão de políticas de mercado. Esta posição percebe a globalização como uma imposição de uma “forma estranha de vida” a locais despreparados e desprotegidos e os coloca como impotentes por não terem nenhuma voz em decisões políticas.

Para além disso, neste texto, é importante para nós entender a globalização como um movimento espacial e temporal que tem produzido um aumento expressivo do potencial de tensões sociais. Mas gostaríamos de lembrar que, por outro lado, a globalização pode também despertar um sentimento – aparentemente contraditório - de potencial diante de novas formas de exercer a liberdade e a responsabilidade para melhorar condições de vida. Para, além disso, temos a consciência de que, com este potencial, emerge na vida cotidiana algo assim como uma identidade global, que coexiste de alguma maneira com a cultura local. Daí a necessidade, neste trabalho, de entendermos a questão da globalização em relação às culturas locais.

A cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada em um tipo de saber, que tem levantado algumas questões: quem há de garantir a vitalidade do debate e o diálogo público que condicionam a criatividade coletiva e a vitalidade cultural; como combinar a universalidade dos direitos com o reconhecimento dos interesses sociais e os valores culturais particulares; e, como pensar os direitos culturais e a preservação e consolidação da diversidade cultural como parte in-

separável da consolidação dos direitos políticos, econômicos e humanos?

Responder a estas questões requer um olhar multifacetado, uma perspectiva que promova não apenas a união de fronteiras do conhecimento, mas que seja capaz de articular um rompimento das mesmas e ampliá-las propiciando o diálogo.

O surgimento das sociedades modernas transfere as relações sociais para um território mais amplo onde as fronteiras desaparecem e, ao mesmo tempo, colocam à disposição das coletividades um conjunto de referências resultado da mundialização da cultura. Cada grupo social, na elaboração de suas identidades coletivas, irá se apropriar destas das mais variadas maneiras. A sociedade global, longe de incentivar a igualdade das identidades está marcada por uma hierarquia clara e injusta. As identidades são diferentes e desiguais porque as instâncias que as constroem tem distintas posições de poder e de legitimidade.

O ponto mais significativo deste processo reside na questão da constituição/construção das identidades das pessoas. As pessoas têm uma necessidade premente de pertencimento/reconhecimento em relação à comunidade ou grupo social no qual estão inseridas. Nesse sentido, a sua organização em torno de projetos comuns, sobretudo culturais, onde os indivíduos compartilham não só o mesmo território, mas seus interesses, suas necessidades, enfim desejos comuns é que se constitui neste processo de formação de identidade individual e coletiva.

Uma identidade cultural se constitui como síntese da construção de múltiplos significados distintivos, fruto de complexas interações sociais que desenvolvem internamente cada grupo e em suas relações com outros,

mediante as quais seus membros se unificam e se diferenciam dos demais. E, além de proporcionar elementos concretos de referência e comparação, resume o universo simbólico que caracteriza a coletividade, porque estabelecem padrões singulares de interpretação da realidade, códigos de vida e pensamento que permeiam as diversas formas de manifestação, valores e sentidos. Isso requer um sentido de pertencimento como forma de inscrição no universo simbólico de uma dada coletividade, esse pertencimento é o elemento aglutinador e mobilizador de atividades e constitui um gerador de valores e de coesão para o grupo.

Hoje temos, uma profunda mudança na compreensão do que entendemos por diversidade. Até algum tempo diversidade cultural era entendida como heterogeneidade radical entre culturas, cada uma delas enraizada em um território específico, dotadas de um centro e de fronteiras nítidas. Qualquer relação com outra cultura se dava como estranha/estrangeira e, concomitante, perturbação e ameaça em si mesma, para a identidade própria.

O avanço tecnológico dos transportes e da comunicação transformou o tempo e o espaço derrubando as barreiras que rodeavam as culturas. O processo de globalização que agora vivemos, no entanto, é ao mesmo tempo um movimento de potencialização da diferença e de exposição constante de cada cultura às outras, de minha identidade àquela do outro.

A tendência da globalização - um mundo "uno", interconectado e interdependente - supõe simultaneamente e como parte de um mesmo processo, a reafirmação da diversidade cultural e das identidades locais e nacionais. Assim são fundamentais os es-

paços que se constituem como sendo os de constituição de identidades, o da diversidade, do encontro com o estrangeiro, do reconhecimento da distinção em "eu" e "os outros".

A diversidade marca territorialmente nossos espaços de viver a partir de formas de vida específicas que se refletem em padrões de comportamento diversos e, às vezes, em tensões e conflitos. A gestão destas tensões, a construção da convivência com o respeito à diferença são alguns dos desafios mais importantes que todas as sociedades enfrentaram ou têm enfrentado. A expressão concentrada da diversidade cultural, das tensões dela conseqüentes e da riqueza de possibilidades que também encerra estão colocadas para nós como um desafio: encontrar os meios institucionais capazes de garantir o que chamamos de interculturalidade. O que seria essa interculturalidade? Uma forma de entender essas questões é partir de um olhar que possibilita captar interações culturais que não são meras justaposições de grupos diversos mas que são possibilidades de ligações entre diferentes e às vezes conflitantes. Isso nos aponta caminhos, linhas, links, de construção de zonas de negociação. São manifestações culturais diferentes que se interconectam por nós e laços de reconhecimento sociais.

Temos, hoje, lugares que são imensos caleidoscópios de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças. Modos distintos de ser passam a concentrar-se à conviver em um mesmo espaço com uma abundância de opções simbólicas que propiciam enriquecimentos e fusões, inovações estéticas tomadas de muitas partes e amplas negociações para os dilemas compartilhados com conjuntos mais am-

plos como as cidades, as nações ou os blocos.

De acordo com o que afirmamos no início desse texto, os tempos atuais produzem, simultaneamente, o desenvolvimento de uma cultura de massa através dos meios de comunicação e o florescimento das chamadas culturas locais. Estes dois elementos da transformação cultural encontram um lugar privilegiado de debate e formam parte de um processo mais amplo de construção de identidades.

Podemos dizer que até pouco tempo tínhamos políticas educativas e de comunicação que ordenavam, a partir de discursos e narrativas únicas, a coexistência de grupos. As políticas que ordenaram nossas formas de agrupar, de dizer de interesses comuns, tinham uma diretiva. Agora como pensar uma política intercultural? Isso requer um duplo movimento de aprofundar o conhecimento de minhas referências culturais e das outras com as quais mantenho qualquer tipo de contato.

Hoje, emergem novas dimensões que diferenciam a idéia de identidade de outras épocas e se superpõem, confluem ou se desagregam, criando novos ou redimensionando velhos referenciais de identidade. A idéia de fronteiras perde progressivamente a clareza de seus limites, reinscrevendo-se em torno de limites difusos desde os quais se consolida a emergência de novas identidades. (Laurelli: 2004, p. 16)

Em um processo de constituição de identidades através de projetos culturais as pessoas vêm se organizando em redes alternativas ou redes de solidariedade social, como forma de se garantirem perante as relações sociais assimétricas e na direção da constituição da sua identidade e acesso à cidadania.

Nessa perspectiva, entendemos como rede uma estrutura que apresenta a propriedade de conectividade. Através de seus nós ela tem, simultaneamente, a potencialidade de solidificar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial, ela aparece como instrumento que viabiliza duas estratégias: circular e comunicar.

As redes são animadas por fluxos. São dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é um movimento do social. Este é animado tanto por dinâmicas locais quanto globais.

As redes estruturam à sua maneira o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana. São de fato instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle. Elas são suscetíveis de funcionar como instrumentos de integração e de exclusão, na linha direta dos processos de diferenciação.

Além disso, as redes técnicas em sua relação com o território, evidenciam que essa relação é ambígua: ora a rede é “fator de coesão”, ela solidariza, ela homogeneiza; ora ela transgride os territórios, opondo às malhas institucionais suas lógicas funcionais. Nesse aspecto, a análise da evolução das redes, distinguindo sua infra-estrutura, seus serviços e seu comando, permite-nos superar esta contradição evidenciando que sua participação é essencial para a construção de novas escalas territoriais, ainda que seu papel não seja determinante, mas de acompanhamento, na estruturação dos territórios.

Para nos deslocar em direção a uma discussão sobre o sentido das redes colabora-

tivas chegamos então a uma noção de território apresentada por Santos:

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (Santos, 2002)

Esse território, nos tempos atuais, começa a aparecer como multiescalar e progressivamente complexo, sujeito a múltiplos processos de identidade em suas formações sociais, as vezes fragmentado e fractal. (Laurelli: 2004, p. 16)

E a partir daí como o lugar de variados níveis de agregação e diferenciação podemos chegar a uma noção de identidade como aquilo que esta em diálogo com as instâncias mais próximas mas também com as em escala planetária, o que está em disputa e confrontação com o que está mais perto e o distante, ou seja, a identidade não está mais reduzida a espaços e lugares conhecidos. Hoje, identidade constitui-se de diferenciação e agregação e não pode ser vista só a partir do reconhecimento da experiência do outro mas também da experiência com aqueles muitas vezes desconhecidos, onde pode existir agregações, disputas, diálogos, ausências, não-encontro.

Portanto podemos entender as identidades como constituídas a partir de algum tipo de relação, por interação. A partir do que já discutimos acima podemos entender cultura

hoje como o lugar por excelência da constituição de territórios de negociação onde as identidades se constituem por diversas interações e as diversas culturas interagem a partir de características bastante diversas.

Esta interação pode ser entendida como uma comunicação intercultural que requer uma nova competência comunicativa e que possibilite o conhecimento de outras culturas. Esta é a base para pensarmos a constituição de redes colaborativas: a partir de territórios de negociação e da comunicação intercultural.

Partimos da compreensão que não existe homogeneidade das redes e nas redes, mas, que elas são espaços de conectividade organizado pelo discurso, um espaço reticular que pode presidir algum tipo de sociabilidade à distância.

## 2 Redes colaborativas

Duas questões podem ser vistas como fundamentais hoje: a busca da pluralidade de manifestações que a sociedade engendra, especialmente no que diz respeito àqueles à margem dos processos interculturais, sociais e políticos; e, que tipo de enfoque dar a essa diversidade e a criatividade político-cultural, às experiências coletivas que conformam a história das práticas sociais, na busca de estabelecer uma troca com a comunidade, potencializando a produção cultural e a construção da cidadania.

Para uma busca de resposta a estas questões nos é imposta uma outra pergunta: o que estamos chamando de cidadania aqui?

À possibilidade de um indivíduo na sociedade em que vive acessar um conjunto de direitos políticos, civis e sociais e dentre os direitos sociais os chamados direitos culturais.

Estes direitos correspondem, por exemplo, ao acesso à informação, à apropriação cultural e da comunicação, à memória histórica e à produção cultural. Esse conjunto de direitos compõe o que chamamos de *cidadania cultural*.

Essa noção de *cidadania cultural* é baseada na idéia de que o exercício da plena cidadania passa necessariamente pelo exercício dos direitos culturais. A produção de projetos culturais através de redes colaborativas pode elaborar meios realmente eficazes que garantam a democratização da cultura e dos bens culturais, que, atualmente, estão restritos a uma parcela reduzida da sociedade brasileira.

*Estar em rede*, em tempos de globalização, é um processo no qual os indivíduos, num processo de interação, de intersubjetividade, de mediação cultural, buscam um redimensionamento do espaço público, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente. Toda cultura tem suas próprias práticas distintas para criar e manter redes sociais. Ao se pensar nas maneiras culturalmente apropriadas de usar tecnologias sociais o melhor ponto de partida são as pessoas: comunidades coerentes de pessoas e as maneiras como elas pensam e como podem se incorporar em processos sociais mais amplos. As tecnologias de rede em geral podem ser usadas para criar um espaço para as "comunidades da prática", e para desenvolverem práticas culturais da comunicação.

O espaço mundializado deu lugar a uma maior visibilidade das culturas. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação também desempenhou neste espaço um papel importante. Fez com que a proximidade das culturas tornasse a sua coexistência muito mais palpável. Tem sido tecidas

uma gama infindável de relações múltiplas que nascem entre as culturas quando estas tomam umas das outras seus traços distintivos, quando se mesclam e se mestiçam partindo de seus traços específicos para integrá-los cada uma delas em seu espaço social e simbólico próprio.

A noção de rede colaborativa compreende o entrelaçamento de iniciativas sociais, articuladas em torno de propósitos comuns. Tal reticulação baseia-se na ação das células, organizações de natureza similar ou diversa que se propõem a aglutinar esforços de maneira cooperativa, produzindo complementaridade aos trabalhos que vão sendo desenvolvidos.

Projetos culturais tem adotado a forma de redes como maneira organizativa capaz de promover interações entre as várias células, que podem estar interligadas de diversas maneiras. O alcance dos resultados esperados através do funcionamento das redes depende da configuração implementada, capaz de produzir a troca de informações e a articulação para a realização de objetivos comuns,

A estrutura das redes deve promover a participação dos indivíduos e instituições que a compõem em relações horizontais e colaborativas. Esses sistemas reticulares, construídos através de deliberações gestadas e tomadas de maneira participativa, constituem agregações de tipo comunitário, ou seja, identificam-se com comunidades, sejam elas presenciais ou virtuais, podendo congrega indivíduos, grupos locais, regionais, nacionais e internacionais. Assim, a expansão das redes pode ser resultado de conexões com outras redes, garantindo as operações independentes de cada célula (nós ou links), a descentralização do processo decisório, através de multilideranças, e a capilarização dos

propósitos e ações comuns. Conciliada a essas possibilidades de proposições autônomas, a criação de produtos culturais através de redes torna-se um processo de experimentação artística e intelectual coletiva e abre espaço para a diversidade cultural explicitando manifestações populares muito mais amplas e multifacetadas.

Muito se fala em democratização da cultura, mas dizer isso significa não pensar mais a criação como um fazer isolado e sim como parte de um fluxo contínuo. Tem sido bastante discutida a idéia de autor (e não a de autoria) questionando a noção da possibilidade de existência daquele que trabalha e produz só. A partir disso se coloca a questão da propriedade particular em contraposição ao benefício coletivo do conhecimento e da cultura. Cada vez mais se faz presente a questão da disponibilização pública do conhecimento e se enfatiza o coletivo, o grupo e a interdisciplinariedade. Isso nos traz uma outra possibilidade de entender coletivo: cada um enquanto um sujeito plenamente criador podem compor redes. Essas redes são de todos e todos podem se encontram em lugares concretos ou virtuais.

Enfim, este texto inicia uma reflexão sobre a importância de entender o ato da comunicação como um dos sentidos que estão no cerne da globalização e da sustentação da diversidade cultural. A comunicação é uma das vias pelas quais os indivíduos expressam sua identidade, opiniões e intenções, e as confrontam com outros indivíduos oriundos de contextos culturais distintos. Cada vez mais escutamos falar em redes: sociais, sóciotécnicas, de comunicação, digitais, de informação, etc.. Importante ressaltar é que todas essas possibilidades significam o compartilhamento de identidades, a formação de

laços sociais, enfim a constituição de nossa presença na sociedade a partir de formas colaborativas de produção e de comunicação. E, significam também, o entendimento do lugar da cultura para além de vê-la como uma forma de conhecer e planejar transformando-a em lugar de transformação e inovação. (Canclini, 2003)

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

### 3 Bibliografia

ARANTES, Antônio (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização Imaginada*. SP: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CASTRO, Gustavo & DRAVET, Florence (orgs.) *Sob o céu da cultura*. Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRIEDMAN, Jonathan. *Identidad cultural y proceso global*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

LAURELLI, Elsa. *Nuevas territorialidades: desafios para América Latina frente al siglo XXI*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.

PRADO, José Luiz Aidar (org.) *Lugar Global e Lugar Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.